DITADURA, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA: O CASO DE MARIA LAURA MOUZINHO LEITE LOPES (1919-2013)

DICTATORSHIP, REPRESSION AND RESISTANCE: THE CASE OF MARIA LAURA MOUZINHO LEITE LOPES (1919-2013)

DICTADURA, REPRESIÓN Y RESISTENCIA: EL CASO DE MARIA LAURA MOUZINHO LEITE LOPES (1919-2013)

Lucas Barroso Rego[1]
Andréa Cristina de Barros Queiroz[2]

RESUMO
A ditadura civil-militar no Brasil, iniciada em 1964, teve um impacto significativo nas instituições públicas, especialmente nas Universidades. A repressão dentro destes espaços institucionais foi uma realidade desde o início do regime autoritário, incluindo perseguições, censuras, aposentadorias compulsórias, expulsões, prisões, torturas e o assassinato de professores universitários. Dentre os quarenta e seis docentes cassados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) durante o período de 1964 a 1985, uma delas foi Maria Laura Mouzinho Leite Lopes (1919-2013), destacada matemática brasileira. Utilizando uma abordagem qualitativa e micro-histórica, este estudo analisa a sua trajetória, explorando a sua jornada desde a infância até as consequências da ditadura em sua vida acadêmica e profissional. Maria Laura enfrentou desafios como a perseguição política e o exílio durante o regime autoritário e, apesar da adversidade, manteve o seu compromisso com a Educação, contribuindo significativamente para o campo da Didática da Matemática no exterior e no país. Seu legado representa não apenas uma história de sobrevivência e resistência, mas também um testemunho do poder da educação e da ciência em resistir a tempos de cerceamento político-social, inspirando futuras gerações a defenderem os valores da autonomia acadêmica e do pensamento crítico.
PALAVRAS-CHAVE: ditadura; trajetória; biografia; educação.

ABSTRACT
The civil-military dictatorship in Brazil, which began in 1964, had a significant impact on public institutions, especially universities. Repression within these institutional spaces was a reality from the outset of the authoritarian regime, including persecutions, censorship, compulsory retirements, expulsions, arrests, torture, and the assassination of university professors. Among the forty-six faculty members dismissed by the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) during the period from 1964 to 1985, one of them was Maria Laura Mouzinho Leite Lopes (1919-2013), a prominent Brazilian mathematician. Using a qualitative and micro-historical approach, this study analyzes her trajectory, exploring her journey from childhood to the consequences of the dictatorship on her academic and professional life. Maria Laura faced challenges such as political persecution and exile during the authoritarian regime, and despite adversity, she maintained her commitment to education, making significant contributions to the field of Mathematics Education both abroad and in the country. Her legacy represents not only a story of survival and resistance but also a testimony to the power of education and science in resisting times of political and social repression, inspiring future generations to defend the values of academic autonomy and critical thinking.
KEYWORDS: dictatorship; trajectory; biography; education.

RESUMEN
La dictadura civil-militar en Brasil, iniciada en 1964, tuvo un impacto significativo en las instituciones públicas, especialmente en las universidades. La represión dentro de estos espacios institucionales fue una realidad desde el inicio del régimen autoritario, incluyendo persecuciones, censuras, jubilaciones forzadas, expulsiones, arrestos, torturas y el asesinato de profesores universitarios. Entre los cuarenta y seis docentes destituidos por la Universidad Federal de Río de Janeiro (UFRJ) durante el período de 1964 a 1985, una de ellas fue Maria Laura Mouzinho Leite Lopes (1919-2013), destacada matemática brasileña. Utilizando un enfoque cualitativo y microhistórico, este estudio analiza su trayectoria, explorando su recorrido desde la infancia hasta las

[1] Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Orcid: 0000-0003-1853-3289.
[2] Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Orcid: 0000-0002-7173-375X.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 240-258, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

consecuencias de la dictadura en su vida académica y profesional. Maria Laura enfrentó desafíos como la persecución política y el exilio durante el régimen autoritario y, apesar de la adversidad, mantuvo su compromiso con la Educación, contribuyendo significativamente al campo de la Didáctica de la Matemática tanto en el extranjero como en el país. Su legado representa no solo una historia de supervivencia y resistencia, sino también un testimonio del poder de la educación y la ciencia para resistir tiempos de restricción política y social, inspirando a las futuras generaciones a defender los valores de la autonomía académica y el pensamiento crítico.
PALABRAS CLAVE: dictadura; trayectoria; biografía; educación.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho integra as análises em curso sobre os professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que foram expurgados durante a ditadura civil-militar no Brasil. Este estudo faz parte do projeto de pesquisa "A UFRJ e a ditadura civil-militar (1964-1985): lugares de memória e trajetórias", que, por sua vez, está ligado à Divisão de Memória Institucional (DMI) do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da UFRJ.

Um dos objetivos principais do projeto é investigar os efeitos repressivos e as violações dos direitos humanos causados pelo regime ditatorial ao corpo social da Universidade, além de buscar compreender as dinâmicas de resistência, conflito, reconciliação e apoio entre os membros da comunidade acadêmica e o governo autoritário.

A tomada do poder em 1964 no Brasil, por um golpe militar, introduziu uma mistura singular de elementos modernizadores e conservadores-autoritários nas Universidades. No aspecto da modernização, houve um esforço em busca de eficiência, expansão de oportunidades, fortalecimento do setor privado, organização do corpo docente, estímulo à pesquisa e à pós-graduação. Por outro lado, no espectro conservador, as políticas do regime autoritário incluíram a supressão de ideias progressistas, repressão aos movimentos estudantis, censura à pesquisa e controle de certas publicações (Motta, 2014).

A combinação desses elementos resultou na implementação de um aparato repressivo dentro das instituições universitárias. Desde o início da ditadura, estes espaços de produção de conhecimento e troca de saberes foram alvo da repressão do governo militar e de membros da própria instituição, envolvendo perseguições, censuras, aposentadorias compulsórias, expulsões, prisões, torturas e assassinato de professores, técnicos e estudantes.

O ambiente acadêmico, que já estava sendo monitorado antes mesmo do golpe de 1964, como comprova a ação de inúmeros inquéritos policiais militares de anos anteriores, passou a ser vigiado com mais intensidade, sobretudo após a criação das Assessorias de Informação (ASIS) ligadas ao Serviço Nacional de Informação (SNI) da Polícia Federal

dentro das Universidades. Toda forma de oposição ao regime autoritário era duramente reprimida.

O meio universitário como um todo passou a ser policiado pelos mecanismos de vigilância e controle ditatoriais, ou seja: as salas de aula; os conteúdos programáticos; as pesquisas desenvolvidas; as bibliotecas; as assembleias estudantis; enfim, o cotidiano acadêmico, criando um clima de terror nos *campi* universitários pelo país.

As Universidades estiveram entre os principais alvos dos militares desde o início da repressão, com a "Operação Limpeza", como destacou Motta (2014, p. 25). Essa operação era utilizada pelos agentes do Estado e seus apoiadores para afastar do cenário público os adversários comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda. Desde a promulgação do Ato Institucional número 1 (AI-1), alguns professores já foram presos.

Outro marco importante foi o Ato Institucional número 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, que promoveu o acirramento da ditadura, cassando direitos civis e políticos, fechando o Congresso. Foi com base no AI-5 que muitos outros professores, incluindo da UFRJ, foram expulsos da Universidade.

Além dos atos institucionais, outro instrumento coercitivo foi o decreto-lei número 477, de fevereiro de 1969, conhecido como o "AI-5 das Universidades", que previa a expulsão e a proibição de ingresso em outras instituições de ensino para professores, estudantes e funcionários acusados de "subversão"[3].

Antes mesmo desses dispositivos, algumas instituições universitárias, porém, já possuíam mecanismos internos de repressão. A exemplo do Código Disciplinar 135 da antiga Universidade do Brasil (UB), atual UFRJ, que estabelecia punições disciplinares para membros da comunidade universitária, incluindo advertências, repreensões, suspensões e expulsões, dependendo da gravidade das infrações.

Toda essa repressão teve um impacto devastador na autonomia universitária, na liberdade de cátedra, na censura às bibliotecas, na perseguição ao corpo social, no desenvolvimento das pesquisas, especialmente nas áreas de ciências humanas, sociais, artes e letras, além do desaparecimento e/ou assassinato de vários estudantes e professores das instituições como parte de uma estratégia militar para consolidar o seu controle sobre o

[3] "Por *subversivo* entende-se toda e qualquer pessoa que não se encaixava nos padrões da sociedade burguesa, baseada em valores cristãos e ocidentais e não apenas os militantes dos partidos comunistas ou aqueles que atuavam na luta armada. Os *subversivos* eram vistos como terroristas e inimigos da nação que buscava-se construir, portanto, deveriam ser destruídos em sua essência - inclusive seus descendentes" (Feitosa, 2022, p. 1617, grifos da autora).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 240-258, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

ambiente acadêmico da época.

Por tudo isso, ressaltamos que a prática docente e intelectual se tornou alvo do regime de exceção. A simples abordagem de determinados conteúdos ou a mínima expressão de críticas ao *status quo* da ditadura eram motivos suficientes para ações repressivas. No geral, quarenta e seis (46) professores foram cassados pela UFRJ entre 1964 e 1985. A maioria desses casos (62,5%) estava ligada às Ciências Humanas, com destaque para os cursos de Ciências Sociais, enquanto 31,3% estavam nas Ciências Exatas. A Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi)[4] da UFRJ foi a mais afetada, com mais de 70% dos professores expulsos na primeira onda de expurgos.

Dentre os professores cassados, nota-se o nome de Maria Laura Mouzinho Leite Lopes (1919-2013), uma figura emblemática na história da Matemática no Brasil. Em uma época em que as mulheres eram pouco incentivadas neste campo, foi a primeira brasileira a obter o título de doutora em Matemática. Também foi uma defensora incansável do aprimoramento do ensino da Matemática no país, fundando grupos de estudo e pesquisa, promovendo cursos de formação para professores e participando ativamente de iniciativas educacionais que repercutem no país até os dias atuais.

Para compreender os impactos da repressão dentro da UFRJ e para a ciência brasileira, buscamos analisar como a conjuntura autoritária afetou a instituição por meio de seus próprios docentes cassados, reconhecendo que diferentes perspectivas podem gerar novas interpretações e abordagens do período (Revel, 1998). Nesse cenário, a abordagem micro-histórica é um caminho metodológico a ser trilhado.

Nessa concepção, a trajetória de um certo indivíduo adquire um significado crucial ao se tornar um elemento constituinte – não apenas contido dentro, mas formador – da sociedade. Neste contexto, a memória desse indivíduo ganha uma grande relevância historiográfica. Com isso, as suas experiências pessoais, desejos, sofrimentos, decepções, privações e traumas são os pontos de referência que delineiam a singularidade de sua identidade como indivíduo social (Ferreira, 1997).

A proposta da micro-história é enriquecer a análise social, tomando como base os comportamentos individuais, as relações entre indivíduos, as experiências sociais e a

[4] Surgida em 1939, em um contexto ditatorial varguista, estando já vinculada à então Universidade do Brasil (UB), a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) tinha o objetivo de formar componentes do magistério do ensino secundário e normal e, assim, organizar as licenciaturas. Ainda que as abordagens de Ensino fossem tradicionais e conservadoras, a sua criação se deu a partir de um projeto pioneiro de constituição de uma "universidade-padrão", isto é, que servisse de modelo a outros centros universitários. Inicialmente a Faculdade estava dividida em seções de Filosofia, de Ciências, de Letras e de Pedagogia, e posteriormente, uma de Didática.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 240-258, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

constituição de identidades. Assim, adota-se uma perspectiva a nível local, em que a defasagem entre categorias exógenas e endógenas pode ser mais bem definida. A partir da análise dos comportamentos de indivíduos, visa-se à reconstrução das modalidades de agregação e de associação social.

A partir desses contributos, este trabalho se propõe a analisar a trajetória de Maria Laura Leite Lopes antes, durante e após a ditadura civil-militar (1965-1985), perpassando os principais acontecimentos que marcaram sua vida. Para esse fim, o caminho metodológico utilizado neste trabalho é de base qualitativa (Aires, 2011) e micro-histórica (Ginzburg, 1989; Revel, 1998), fundamentada em um estudo de caso (Yin, 2005).

O motivo da escolha desta professora se dá em virtude da confluência de dois elementos presentes na repressão ditatorial em sua vida: censura à liberdade de pensamento crítico e misoginia (Ferreira, 2014). Desse modo, há uma demanda por entender a relação entre mulheres e ciência neste período, com foco nas Universidades. Para isso, vidas e desafios enfrentados precisam ser examinados, o que faremos a partir do estudo de caso de uma trajetória que marcou a história da Educação e da Licenciatura em Matemática do país.

A TRAJETÓRIA DE MARIA LAURA MOUZINHO LEITE LOPES (1919-2013)

Infância, juventude e vida adulta (1919-1964)

Maria Laura Mouzinho Leite Lopes nasceu no dia 18 de janeiro de 1919, sendo posteriormente modificado para 1917 por seu pai por conta do exame de aptidão Madureza[5] (Andrade; Oliveira, 2020). Seu local de nascimento foi Timbaúba dos Mocós (PE), cidade na zona da mata pernambucana. Filha de Laura Moura Mouzinho, professora primária, atual Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e Oscar Mouzinho, um respeitado comerciante local, foi a primogênita de sete irmãs e um irmão. Segundo a própria, teve "[...] uma infância saudável e muita proveitosa [...]" (Pereira, 2015, p. 327).

Foi casada com o renomado físico José Leite Lopes (1918-2006), tendo sido a sua segunda esposa, compartilhando com Leite Lopes a responsabilidade de cuidar dos filhos de seu primeiro casamento: José Sérgio e Sílvio Ricardo, e de gerar Ângela, fruto dessa união.

[5] O Madureza era um programa educacional destinado a jovens e adultos que oferecia disciplinas equivalentes às do antigo ginásio e colegial, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961. Para se inscrever, os candidatos deveriam ter entre 16 e 19 anos, dependendo se estavam buscando o Madureza Ginasial ou o Madureza Colegial (Menezes; Santos, 2002).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 240-258, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

A jornada educacional de Maria Laura Mouzinho teve início em Recife (PE) no ano de 1927. Em 1931, aos quatorze anos, concluiu os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (na época, Curso Primário) no Grupo Escolar João Barbalho[6]. No ano seguinte, ingressou no Curso do Magistério da Escola Normal de Pernambuco, tornando-se aluna do professor Luiz de Barros Freire (1896-1963), que se tornaria seu mentor e despertaria a sua vocação para a Matemática. Permaneceu na Escola por cerca de dois anos.

Em 1935, Maria Laura, com 16 anos, e sua família se mudaram para a antiga capital do Brasil, o Rio de Janeiro. Em fevereiro, foi matriculada no Instituto Lafayette para se preparar para prestar o exame de aptidão de Madureza no Colégio Pedro II, situado à Rua Marechal Floriano, para dar continuidade aos estudos no quarto ano do antigo Curso Ginasial, atual Anos Finais do Ensino Fundamental. O exame, geralmente destinado a maiores de 18 anos, foi possível após uma pequena alteração na certidão de nascimento, facilitada por seu pai, Oscar Mouzinho. No ano seguinte, por motivos de trabalho de seu pai, a família se mudou para a cidade serrana de Petrópolis, onde Maria Laura ingressou no Colégio Sion.

Desde a sua infância, nutria o sonho de realizar um curso de nível superior na área de ciências (Pereira, 2011). A afinidade com a matemática a levou a buscar oportunidades desafiadoras a despeito dos padrões machistas da sociedade brasileira. Em 1937, matriculou-se em um curso de pré-vestibular a fim de se preparar para os exames da Escola Nacional de Engenharia. Em 1938, prestou o concurso para Engenharia e chegou a ser aprovada em Física e Matemática, porém, infelizmente, ficou de fora devido a um conceito insuficiente em Desenho. Para o seu sustento, começou a lecionar no Colégio Sion do Rio de Janeiro e em aulas particulares de Matemática.

Entre idas e vindas, vislumbrou a oportunidade de estudar na recém-criada Universidade do Distrito Federal (UDF), porém, o vestibular de ingresso já havia se encerrado para aquele ano, o que lhe trouxe um sentimento de desapontamento (Pereira, 2010a). Todavia, o seu sonho ainda não estava totalmente perdido: ao deixar a instituição e passar pelo Largo do Machado, teve um encontro inesperado com o seu antigo professor da Escola Normal de Pernambuco, o professor Luiz de Barros Freire, que então ocupava a posição de Decano na Escola de Ciências da UDF.

Durante este encontro, ela relatou a sua história e o dilema que enfrentou com relação

[6] O antigo Grupo Escolar João Barbalho, instituição de referência na Educação Primária no estado de Pernambuco, é a atual Escola Estadual João Barbalho, agora localizada na Rua do Hospício, 737, no bairro Boa Vista, em Recife, Pernambuco.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 240-258, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

ao vestibular recém-concluído. O professor Luiz Freire, conhecido por sua habilidade de observação, aconselhou-a a procurá-lo na UDF com os resultados do vestibular. Após minuciosa análise dos resultados, em que ela havia sido aprovada em Física e Matemática para o Curso de Engenharia, sendo reprovada somente na prova de desenho, o professor considerou que ela estava apta a integrar o corpo discente do Curso de Matemática na UDF (Ivanissevich, 2009). Diante desta resposta, Maria Laura deu início à concretização de seu sonho.

Porém, teve somente duas semanas de aulas, pois, com a implementação da ditadura do Estado Novo Varguista (1937-1945) e a consequente perseguição política a dissidentes políticos, a UDF foi obrigada a encerrar as suas atividades. O corpo social da instituição e a sua estrutura física foram realocadas para a Universidade do Brasil (UB), atual UFRJ. Com isso, em março de 1939, Maria Laura foi transferida para a primeira turma do novo curso de Matemática da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), recém-criada pelo Decreto lei nº 1190, de 4 de abril de 1939.

Por conta de seu desempenho acadêmico, em seu primeiro ano de curso, recebeu um convite do professor catedrático Ernesto Luiz de Oliveira Júnior para atuar como assistente nas suas aulas de Geometria, juntamente com a sua colega e melhor amiga, Moema Sampaio Corrêa Mariani. Posteriormente, em virtude da enfermidade que acometeu o professor catedrático, Maria Laura assumiu a responsabilidade pela condução das atividades da disciplina (Ivanissevich, 2009).

A sua persistência foi recompensada em 1941 quando, aos vinte e quatro anos, formou-se como Bacharela em Matemática pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. No ano seguinte, concluiu o curso de Licenciatura em Matemática na mesma instituição, consolidando a sua formação acadêmica. Adquiriu, com isso, a carteira de registro de professora do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Durante os seis anos subsequentes, Maria Laura dedicou-se intensamente à sua tese de livre docência intitulada “Espaços projetivos: reticulados de seus subespaços”, sob a orientação do renomado matemático e professor português, António Aniceto Ribeiro Monteiro. Como resultado de sua contínua dedicação às atividades pedagógicas e de sua relação positiva com os colegas de trabalho, a sua contribuição se refletiu na sua efetivação como professora assistente da cadeira de Geometria na FNFi, iniciando oficialmente a sua carreira como professora universitária. Em 24 de setembro de 1949, recebeu o título de doutora em Matemática, sendo a primeira mulher brasileira a obter essa credencial (Pereira,

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 240-258, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

2010a; Andrade; Oliveira, 2020).

Ao defender a sua tese, enfrentou uma acusação infundada de plágio por parte de um dos membros da banca, o professor José Rocha Lagoa. Contudo, essa acusação foi posteriormente desmentida pelo próprio professor, que reconheceu o seu mérito e originalidade. Em 1949, desempenhou um papel crucial na criação do Centro Brasileiro de Pesquisa Física (CBPF), junto com os físicos César Lattes (1924-2005) e José Leite Lopes (1918-2006). Nesse mesmo ano, foi pioneira ao tornar-se a primeira mulher a lecionar a disciplina de Geometria no curso de Engenharia do recém-estabelecido Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA).

Após a conclusão de sua livre docência, Maria Laura ampliou os seus horizontes acadêmicos e profissionais, trabalhando durante dois anos no Departamento de Matemática da *University of Chicago*, nos Estados Unidos. A sua trajetória continuou a ascender, e ela ocupou todos os cargos disponíveis no Departamento de Matemática da instituição, tendo começado como professora convidada.

No ano de 1951, Maria Laura, após retornar ao Brasil, desempenhou um papel ativo na fundação do Conselho Nacional de Pesquisa, atualmente conhecido como Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em 1952, em conjunto com influentes matemáticos do Rio de Janeiro e da Universidade de São Paulo (USP), propôs a criação do renomado Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), um marco fundamental para o cenário matemático brasileiro e global. Ela desempenhou o papel de secretária do IMPA de 1952 a 1956.

Pela sua relevância na área da matemática, conquistou, em março de 1952, a posição de membro titular na Academia Brasileira de Ciência (ABC), tornando-se a primeira mulher brasileira a ingressar na instituição. Em 1953, o mesmo professor José Rocha Lagoa, que havia tecido uma acusação infundada de plágio, indicou-a como catedrática interina da cadeira de Geometria na FNFi.

No ano de 1956, Maria Laura uniu-se em matrimônio ao ilustre físico José Leite Lopes (1918-2006), que já era viúvo e tinha a responsabilidade de cuidar de seus dois filhos pequenos, José Sérgio e Sílvio Ricardo. Maria Laura adotou esses meninos, consolidando um laço familiar afetuoso. Juntos, o casal embarcou em uma jornada acadêmica internacional, mudando-se para os Estados Unidos para dar continuidade a suas atividades profissionais. Durante o curso de seu casamento, nasceu a pequena Ângela (Ivanissevich, 2009).

Retornou dos Estados Unidos e retomou suas atividades profissionais no Brasil. Em 30

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 240-258, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

de novembro de 1961, foi nomeada professora da Educação Técnico-Profissional do antigo estado da Guanabara, por força de uma ação judicial impetrada por ex-alunos da UDF. Enquanto professora na rede estadual, sob a orientação da professora Henriete Amado no Ginásio Brigadeiro Schorcht e, posteriormente, no Colégio Estadual André Maurois, proporcionou um ambiente propício para o desenvolvimento do seu trabalho docente (Pereira, 2010a).

Repressão durante a ditadura civil-militar (1964-1985)

Em um marco importante para sua carreira, Maria Laura alcançou, durante a reforma universitária de 1966[7], o título de professora titular e assumiu a chefia do Departamento de Matemática da antiga FNFi. A sua nomeação foi assinada no dia 24 de outubro de 1967. Com isso, alcançou o ponto mais alto de sua trajetória profissional, preenchendo todas as posições disponíveis no Instituto de Matemática (IM) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que havia sido oficialmente estabelecida naquele ano. Lembramos que a própria FNFi foi desmembrada e dissolvida pela ditadura, em 1968, culminando na criação de novos institutos.

Todavia, a sua trajetória profissional foi abruptamente interrompida durante o período do regime ditatorial militar. Esse período se caracterizou pelo impacto negativo sobre diversos membros da Academia Brasileira de Ciências (ABC), incluindo ela mesma. Estas medidas ditatoriais resultaram em uma série de consequências prejudiciais, como prisões arbitrárias, aposentadorias forçadas, demissões injustas, censura, bem como restrições e impedimentos para continuar exercendo atividades científicas. Essas ações afetaram significativamente a comunidade acadêmica e científica do país, tendo um impacto duradouro em suas carreiras e na produção científica do Brasil.

Durante a ditadura, a rotina acadêmica na FNFi muitas vezes era interrompida, com aulas frequentemente suspensas. Ou a instituição encontrava-se frequentemente fechada pelo Governo, ou então os alunos estavam em greve. Segundo dossiês produzidos pelos órgãos de

[7] Tendo como base os decretos-lei n.° 53, de 18 de novembro de 1966, e n.° 252, de 28 de fevereiro de 1967, a reforma universitária de 1966, implementada no final do ano, previa "[...] 1) o desaparecimento das cátedras ou cadeiras como unidades básicas do ensino e da pesquisa, substituídas pelos departamentos, que aglutinaram os docentes pertencentes às disciplinas afins; 2) a integração das várias áreas que desenvolviam ensino e pesquisa comum; 3) a criação dos assim chamados cursos básicos (primeiro ciclo) e profissionais (segundo ciclo); 4) o estabelecimento das matrículas por disciplina, em substituição às tradicionais matrículas por série; e 5) a extinção das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras" (Bomeny, 1994, p. 7).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 240-258, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

segurança durante a ditadura, que visavam fazer um histórico das ações da esquerda na instituição, na FNFi funcionaria uma célula comunista que teria reunido diversos docentes (Ferreira, 2014).

Neste contexto, um grupo de docentes despertava a simpatia dos estudantes, pois eram poucos os que os apoiavam e estavam dispostos a ouvir as suas reivindicações. Dentre estes professores, destacava-se a figura de Maria Laura (Ministério da Justiça, 1978). Ela defendia a perspectiva da inovação e da introdução de ideias progressistas, o que, naquela época, a colocava em conflito com a mentalidade conservadora e autoritária vigente no período ditatorial.

Foi em virtude dessas posturas e da sua atuação em prol de mudanças na educação que Maria Laura foi um dos casos de docentes delatados como "subversivos" pelo também professor e diretor da FNFi e do recém-criado Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Eremildo Luiz Vianna, o que culminou em sua cassação. Em 1969, foi aposentada do Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura pelo Ato Institucional nº 5. Também foi aposentada de seu cargo de professora de Ensino Médio no dia 20 de outubro de 1969 pelo artigo 3º do Ato Institucional nº 10, por proposta do Conselho de Segurança Nacional. A suas aposentadorias compulsórias foram publicadas no Diário Oficial da União nos dias 28 de abril - sendo retificada no dia 17 de julho - e no 20 de outubro de 1969.

Sobre estes acontecimentos, o seu nome é citado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) na relação das pessoas que tiveram os mandatos cassados e os direitos políticos suspensos, por proposta do Conselho de Segurança Nacional, de acordo com o artigo 10º do Ato Institucional. Foi citada pela Comissão da Memória e Verdade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CMV-UFRJ) como uma das baixas no quadro de docentes da UFRJ após a determinação das aposentadorias compulsórias determinadas após o Ato Institucional nº 5.

Segundo o testemunho de sua filha Ângela,

> Em 1969, quando a perspectiva de ir embora do Brasil se tornava incontornável, lembro que, dentre os vários convites de universidades estrangeiras recebidos por meu pai, a Universidade do México fazia o convite a ele e a minha mãe. Acabamos, entretanto, partindo primeiro para Pittsburgh, EUA, onde meu pai lecionou em 1969/1970 na Carnegie Mellon University, e logo depois para Estrasburgo, França, onde ele seria professor da Universidade Louis Pasteur até a sua aposentadoria compulsória por idade (*apud* Pereira, 2010a, p. 98).

Diante das restrições que a impossibilitaram de continuar exercendo sua atividade no Brasil, Maria Laura encontrou-se, mais uma vez, em direção aos Estados Unidos, mas sob uma condição completamente diferente: a de ser exilada. Posteriormente, ela se dirigiu a

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 240-258, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

Estrasburgo, na França, onde, com o apoio do professor Georges Glaeser e da professora Luciene Félix, deu início a seu trabalho em Didática Matemática no *Institute de Recherche en Enseignement de Mathematiques* (IREM), da Universidade Louis Pasteur.

Foi nesta cidade que Maria Laura seguiu para os caminhos inovadores do ensino e aprendizagem em Matemática. No exílio, a professora iniciou os seus estudos voltados para a Formação Continuada de Professores e começou a desenvolver pesquisas na área de Didática da Matemática. Neste cenário, Maria Laura teve contato com abordagens até então desconhecidas no Brasil sobre o ensino da Matemática, o que marcou o início de uma nova jornada na área da Educação Matemática.

A participação de Maria Laura, sempre ativa e dedicada, resultou no desenvolvimento de trabalhos na instituição inicialmente de forma voluntária, culminando no início do ano letivo de 1972-1973 com a sua contratação como Professora Visitante. A sua tarefa principal consistia em dinamizar as sessões de recomposição de aprendizagem dos professores engajados no projeto intitulado "Histórias de Metrô", elaborado por Glaeser para introduzir o conceito de plano projetivo de 7 pontos. Além disso, também colaborava na avaliação das atividades do grupo junto a estudantes da Educação Básica. Os resultados do trabalho realizado no IREM neste período foram condensados no livro *Une Introduction à La Didactique Expérimentale des Mathématiques*, coordenado pelo professor Glaeser (Pereira, 2010a).

Em meados de 1974, a professora Maria Laura recuperou o direito de retornar ao Brasil, porém sob as restrições impostas pelo governo militar, que incluíam a proibição de assumir a sua cátedra no Instituto de Matemática da UFRJ. Com isso, pediu o desligamento do IREM e retornou ao país. De volta ao convívio de sua família, enfrentou a necessidade de encontrar uma instituição de ensino para retomar a sua carreira profissional e aplicar o conhecimento adquirido durante o período em que esteve exilada. Sobre a volta de sua mãe ao Brasil, Ângela diz: "a retomada de suas atividades profissionais ainda em Estrasburgo por volta de 1972, quando ingressou no mundo da Educação Matemática frequentando o IREM, foi fundamental quando da nossa volta ao Brasil em 1974" (*apud* Pereira, 2010b, p. 4).

Ao retornar do exílio, começou a trabalhar na orientação do ensino da Matemática em escolas brasileiras, com foco tanto em alunos quanto em professores. Lecionou no Centro Educacional de Niterói, vinculado à Fundação Brasileira de Educação (FUBRAE). Também assumiu papéis de liderança na área da Educação. Foi convidada a exercer o cargo de coordenadora vertical de Matemática na Escola Israelita Brasileira Eliezer Eistenberg

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 240-258, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

(Pereira, 2010a).

Mesmo tendo retornado ao Brasil, continuava interessada nos assuntos e pesquisas internacionais e continuava sendo vigiada pelos agentes da repressão. Tanto que entre os meses de janeiro e julho do ano de 1976, foram encontrados relatórios do Serviço Nacional de Informações (SNI) que mencionam duas solicitações de Maria Laura Leite Lopes para ausentar-se do país com destino aos seguintes países da América Latina e Europa: Venezuela, França, Alemanha Ocidental, Espanha, Portugal, Estados Unidos, Canadá, México e Argentina (Ministério da Justiça, 1976a; 1976b).

Aos poucos, a bagagem da professora Maria Laura revolucionava o cenário educacional carioca. No Rio de Janeiro, não existia um grupo de estudo e pesquisa voltado para a promoção e sustentação do interesse na aprimoração do ensino da Matemática, conforme percebido por Maria Laura (PEREIRA, 2010a). Em 24 de fevereiro de 1976, esse cenário mudou, pois, juntamente com outros 21 professores, fundou o Grupo de Ensino e Pesquisa em Educação Matemática (GEPEM) no Rio de Janeiro, no qual ocupou a presidência durante os primeiros oito anos. A sede do GEPEM era a Universidade Santa Úrsula (USU).

A primeira grande ação do grupo foi a realização do Seminário Sobre Ensino da Matemática, que aconteceu entre os dias 12 e 14 de abril de 1976 nas dependências da ABC. O objetivo do encontro foi analisar o panorama da Educação Matemática no Brasil. Em seguida, lançaram uma série de cursos de formação continuada para professores da Educação Básica, empreenderam investigações empíricas na rede particular de ensino e, em dezembro, publicaram a primeira edição do Boletim GEPEM.

Com o cenário político-social brasileiro do final da década de 1970, com as campanhas em prol da Anistia, Maria Laura e José Leite foram beneficiados pela chamada Lei da Anistia, nome popular da lei n° 6.683, de 28 de agosto de 1979. Conforme constam relatórios do SNI, os dois tiveram os seus pedidos de anistia deferidos pela Comissão Especial, órgão instituído pela portaria ministerial nº 983, de 03 de outubro de 1979, para processar e instruir os pedidos formulados por servidores vinculados ao MEC, com apoio na Lei da Anistia (Ministério da Justiça, 1980).

Durante o seu processo de anistia, Maria Laura, juntamente com outros 24 professores cassados, foi reintegrada ao convívio universitário com admissão, na categoria de "sócia-convidada", na Associação de Docentes (ADUFRJ). Recebeu esse título em 26 de junho de 1979, em uma sessão solene realizada no salão do Centro de Tecnologia da Cidade

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 240-258, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

Universitária, no qual contou com mais de duas mil pessoas presentes.

Em maio de 1980, Maria Laura adquiriu o direito de poder reassumir a sua posição no IM/UFRJ, tendo como diretor o seu ex-aluno, Anibal Parracho Sant'anna. Foi reintegrada ao Departamento de Estatística, sendo incumbida de inovar a metodologia de ensino da instituição e ministrar o curso de Estatística para os novos alunos do curso de licenciatura (PEREIRA, 2010a). Ao retomar suas funções na UFRJ, a professora ocupou funções de direção e como membro do Conselho Universitário. Além disso, também deu continuidade a suas pesquisas de intervenção voltadas para o ensino básico, ao liderar o primeiro projeto de pesquisa em Educação Matemática no Brasil, intitulado "Projeto Binômio Professor-Aluno na Iniciação à Educação Matemática" (Pereira, 2015; Fernandez, 2018).

Uma das ações de extrema relevância que destacam a contribuição de Maria Laura para o cenário da Matemática e da educação no Brasil foi a fundação, pelo GEPEM, em 1980, do curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação Matemática. Segundo Fernandez (2018), esse curso pioneiro é considerado o precursor e a semente do segundo curso de mestrado em Educação Matemática no país, ambos estabelecidos em parceria com a USU.

Nos dias de 22 a 24 de setembro de 1980, participou ativamente do Encontro Estadual de Formação de Professores de Matemática, que ocorreu na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Essa e outras iniciativas nesse período não somente evidenciam a sua dedicação à promoção do aprimoramento educacional, mas também a sua capacidade de inovar e de influenciar positivamente a formação de profissionais comprometidos com a educação matemática ao redor do Brasil.

No final de 1982, um grupo de professores do IM/UFRJ, sob a liderança de Maria Laura, respondeu a um chamado do MEC para o Programa de Integração da Universidade com o Ensino do 1º Grau, apresentando o Projeto de Formação para Professores de 1º, 2º e 3º Graus. Em 1983, em colaboração com equipes de outras áreas como Biologia, Física, Geociência, Matemática e Química, implementaram o "Projeto Fundão - Desafio para a Universidade". Esse projeto foi integrado ao Sub-Programa de Educação para Ciência (SPEC) como parte da criação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), um programa nacional com financiamento do Banco Mundial e gerenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 240-258, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

Vida após a ditadura civil-militar (1985-2013)

Maria Laura Mouzinho Leite Lopes foi pioneira como a primeira pesquisadora da ABC a se empenhar nos estudos da Educação Matemática em nosso país, marcando uma abordagem histórica e mais aprofundada em termos científicos. Ao longo de sua vida acadêmica e profissional, consolidou uma jornada repleta de conquistas, contribuições significativas e dedicação ao avanço do conhecimento na Educação Matemática e áreas correlatas.

A docente desempenhou um papel fundamental no aprimoramento do ensino da Matemática no Brasil, atuando na formação de grupos como o GEPEM e na concepção de projetos significativos, incluindo o Projeto Binômio Professor-Aluno na Iniciação à Educação Matemática e o Projeto Fundão, que lhe rendeu a coordenação nacional do Grupo de Trabalho do SPEC. Em 27 de janeiro de 1988, juntamente com outros investigadores brasileiros, fundou a Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM) durante a realização do II Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM), o que contribuiu para consolidar ainda mais a Educação Matemática como área genuína de pesquisa no Brasil.

A notável contribuição de Maria Laura para a matemática e a educação brasileira também inclui a fundação pioneira, em 1980, do curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação Matemática pelo GEPEM. Esse curso não apenas demonstra sua dedicação ao aprimoramento educacional, mas também marcou o início do segundo curso de mestrado em Educação Matemática no Brasil. Além disso, em 1993, foi uma das responsáveis por idealizar e implementar o curso de especialização em Ensino de Matemática no IM/UFRJ, o que foi fundamental para a criação do mestrado profissional em Ensino de Matemática na instituição, em 2006.

Desde a redemocratização do país, Maria Laura e a sua equipe estiveram ativamente envolvidas em diversas ações no âmbito dos Encontros do Projeto Fundão. Estes encontros, realizados desde 1984 e já em um número significativo, são apenas uma parte das suas iniciativas que se destacaram. Além disso, organizaram o I Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática em 1993, conduziram o curso básico de Geometria com foco didático em formato semipresencial em 2003 e 2004, bem como diversos cursos de extensão de curta duração.

Além disso, seu envolvimento em ações acadêmicas também incluiu a participação na organização de outros importantes eventos científicos no Brasil, como o V Encontro Nacional

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 240-258, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

de Educação Matemática, de 16 a 21 de julho 1995, na Universidade Federal de Sergipe (UFS); do I Encontro de Educação Matemática do Estado do Rio de Janeiro em 1996, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); do VII Encontro Nacional de Educação Matemática, sediado no IM/UFRJ em 2001; e do III Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática, ocorrido no período de 11 a 14 de outubro de 2006 em São Paulo.

O reconhecimento da profunda contribuição de Maria Laura é extenso. Os seus feitos de extrema importância para a pesquisa e o ensino da Matemática a levaram a ser reconhecida com o título de Professora Emérita pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 25 de abril de 1996, em deliberação unânime do Conselho Universitário. No mesmo ano, foi indicada para ser coordenadora do Setor de Matemática do Projeto Fundão (PF-Mat).

Em 2000, o Laboratório de Memórias do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) prestou homenagem à sua significativa atuação na Educação Matemática brasileira, sob a coordenação da professora Heloisa Maria Bertol Domingues. No ano seguinte, foi condecorada com o título de "Professora Honorária da SBEM". Já em 28 de dezembro de 2010, foi congratulada com a Ordem Nacional do Mérito Científico (ONMC), no grau de comendador.

Maria Laura Mouzinho Leite Lopes faleceu de causas desconhecidas no dia 20 de junho de 2013, aos 94 anos, deixando um grande legado. Autora de diversos livros, pesquisas e artigos, o seu trabalho pioneiro e inovador é uma grande referência em todo o mundo da Educação e da Matemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As universidades brasileiras foram espaços de perseguição desde os anos iniciais da ditadura civil-militar, sendo alvo de intensa repressão que atingiu diretamente professores politicamente engajados ou que apenas se opunham ao *status quo*. A implantação da "Operação Limpeza" logo após o golpe e a promulgação do AI-1 evidenciaram a estratégia do regime de exceção para consolidar o seu controle sob as instituições de ensino.

A UB/UFRJ, como exemplo, foi duramente afetada, com a cassação de 46 professores, destacando-se a FNFi como alvo principal. O AI-5, em 1968, marcou uma nova onda repressiva, resultando na aposentadoria compulsória de 23 professores. O impacto desses expurgos foi avassalador, afetando não apenas a liberdade de expressão nas universidades, mas também o desenvolvimento de pesquisas e projetos.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 240-258, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

Dentre os professores expurgados, analisamos a trajetória de vida de Maria Laura Mouzinho Leite Lopes, uma figura emblemática na história da Matemática e da Educação no Brasil. Nascida em 1919, enfrentou desafios desde cedo para seguir a sua paixão pela Matemática, em uma época em que as mulheres eram pouco incentivadas nesse campo. A sua jornada acadêmica foi marcada por superações, incluindo a conquista do título de primeira mulher brasileira a obter um doutorado em Matemática.

Além de suas conquistas acadêmicas, Maria Laura foi uma defensora incansável do aprimoramento do ensino da Matemática no país, fundando grupos de estudo e pesquisa, promovendo cursos de formação para professores e participando ativamente de iniciativas educacionais.

Mesmo durante o período da ditadura civil-militar, a educadora não arrefeceu, enfrentando perseguições e restrições, continuou a sua luta pela educação e pela ciência. A sua destituição de cargos acadêmicos e as aposentadorias compulsórias impostas pelo regime ditatorial foram apenas algumas das muitas restrições que enfrentou, privando-a do pleno exercício de sua profissão em seu país e limitando as suas atividades científicas.

Contudo, longe de se render às adversidades e ao autoritarismo, Maria Laura buscou refúgio no exterior, onde encontrou oportunidades para continuar suas pesquisas e contribuir para o campo da Didática Matemática. O seu exílio não a impediu de permanecer engajada e ativa na promoção do ensino e na formação de professores, o que demonstra o seu comprometimento com a causa educacional.

Ao retornar ao Brasil, mesmo sob as restrições do regime militar, ela persistiu em sua missão de transformar o cenário educacional, fundando o Grupo de Ensino e Pesquisa em Educação Matemática (GEPEM) e liderando iniciativas inovadoras na área, seja em eventos ou pesquisas. Seu legado perdura até os dias de hoje, inspirando gerações de estudantes e educadores e contribuindo para o avanço do conhecimento no campo da Educação Matemática.

O estudo de sua trajetória reforça a importância da Universidade como espaço de troca de saberes, aprendizados, inovação, pesquisa, resistência, reflexão e transformação social. A sua luta pela Educação serve como inspiração para todos aqueles que valorizam a liberdade, a justiça e os direitos humanos. Que o seu legado e a sua memória possam ser preservados e que o conhecimento de sua trajetória de luta contra a ditadura sirva como um alerta constante para as ameaças à democracia e à autonomia das instituições de ensino no Brasil.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 240-258, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

REFERÊNCIAS

AIRES, Luísa. **Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional**. Lisboa: Universidade Aberta, 2011.

ANDRADE, Maria Helena; OLIVEIRA, Rannyelly Rodrigues. **Maria Laura Mouzinho Leite Lopes**: uma matemática feminina brasileira na História da Matemática. *In*: Anais eletrônicos do 17º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2020. Disponível em: 17snhct.sbhc.org.br/resources/anais/11/snhct2020/1596153198_ARQUIVO_83f78c577b4ebf49a6d6ded209740b8e.pdf. Acesso em: 12 ago. 2023.

BOMENY, Helena. A reforma universitária de 1968: 25 anos depois. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 9, n. 26, p. 1-14, 1994. Disponível em: anpocs.com/images/stories/RBCS/26/rbcs26_04.pdf. Acesso em: 01 fev. 2022.

FEITOSA, Camila. Luta é um substantivo feminino: as memórias das Abuelas de Plaza de Mayo como resistência à ditadura argentina. *In*: Semana de História Política, 15., 2021, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022. p. 1610-1623.

FERNANDEZ, Cecília de Souza. **A vida de Maria Laura Mouzinho Leite Lopes**. Universidade Federal Fluminense, 2018. Disponível em: http://www,mulheresnamatematica.sites.uff.br. Acesso em: 13 ago. 2023.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Ditadura militar, universidade e ensino de história: da Universidade do Brasil à UFRJ. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 66, n. 4, p. 32-37, dez. 2014. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v66n4/a12v66n4.pdf. Acesso em: 05 out. 2021.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral, comemorações e ética. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 157-164, abr. 1997. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11227. Acesso em: 11 fev. 2024.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

IVANISSEVICH, Alicia. Maria Laura Mouzinho Leite Lopes: uma realista esperançosa. **Ciência Hoje**, São Paulo, v. 44, p. 68-77, out. 2009.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Madureza. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em https://www.educabrasil.com.br/madureza. Acesso em: 12 ago. 2023.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Fundo Serviço Nacional de Informações**, 13 jan. de 1976a. Disponível em: imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76089547/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76089547_d0001de0001.pdf. Acesso em: 13 ago. 2023.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Fundo Serviço Nacional de Informações**, 07 jul. 1976b. Disponível em: imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76095138/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76095138_d0001de0001.pdf. Acesso em: 13 ago. 2023.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Fundo Serviço Nacional de Informações**, 1978. Disponível em: imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/78113125/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_78113125_an_01_d0001de0001.pdf. Acesso em: 13 ago. 2023.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Fundo Serviço Nacional de Informações**, 15 maio 1980. Disponível em: imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/80008314/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80008314_d0001de0001.pdf. Acesso em: 13 ago. 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PEREIRA, Pedro Carlos. A educadora Maria Laura Mouzinho Leite Lopes: um fragmento de sua edificação Matemática (CO). *In:* **Anais Eletrônicos da XIII Conferência Interamericana de Educação Matemática,** 2011. Disponível em: https://xiii.ciaem-redumate.org/index.php/xiii_ciaem/xiii_ciaem/paper/view/1611. Acesso em: 12 ago. 2023.

PEREIRA, Pedro Carlos. **A educadora Maria Laura**: contribuições para a constituição da educação matemática no Brasil. 2010. 239 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010a. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/11463. Acesso em: 12 ago. 2023.

PEREIRA, Pedro Carlos. Contribuições da professora Maria Laura Leite Lopes para a Educação Matemática no Rio de Janeiro. *In*: **Anais do X Encontro Nacional de Educação Matemática**, 2010b. Disponível em: atelierdigitas.net/CDS/ENEM10/artigos/CC/T6_CC1794.pdf. Acesso em: 13 ago. 2023.

PEREIRA, Pedro Carlos. Um elo perfeito: Maria Laura Mouzinho Leite Lopes e a educação matemática Vida y obra. **Revista Científica General José María Córdova**, v. 13, n. 15, p. 326-334, 2015.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. *In*: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escala**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. cap. 1. p. 15-38.

YIN, Robert. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 240-258, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

SOBRE O AUTOR E A AUTORA

Lucas Barroso Rego
Historiador. Mestrando em História Social pelo PPGHIS/UFRJ. Foi bolsista PIBIC/UFRJ no projeto "A UFRJ e a Ditadura (1964-1985)", orientado por Andréa Cristina de Barros Queiroz.
E-mail: lucas.barroso@ufrj.br

Andréa Cristina de Barros Queiroz
Historiadora e diretora da Divisão de Memória Institucional do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ. Pós-doutorado e doutorado em História Social pelo PPGHIS/UFRJ; mestrado em História pelo PPGH/UFF; bacharelado e licenciatura plena em História pela UERJ. Pesquisadora associada ao Laboratório de Práticas de Ensino e Pesquisas em História, da UERJ.
E-mail: andreaqueiroz@sibi.ufrj.br

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 240-258, maio/ago. 2024.
Recebido em: 30/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024